

É desse tipo de bispo que nós precisamos na Igreja para defender a nossa fé, a nossa vida, a nossa Igreja, e principalmente os mais vulneráveis, principalmente aqueles que estão por nascer.

Muito obrigado, deputado Frederico d'Ávila.

O SR. PRESIDENTE - FREDERICO D'ÁVILA - PL - Obrigado, deputado Gil Diniz. Solicito à Mesa que encaminhe as notas taquigráficas conforme solicitação do deputado. Dou agora por encerrado o Pequeno Expediente e abro o Grande Expediente.

* * *

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - FREDERICO D'ÁVILA - PL - Seguindo a lista de oradores inscritos, chamo agora o deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Deputado Sargento Neri. (Pausa.) Deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal, a senhora tem dez minutos regimentais.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimento todas as pessoas que nos acompanham, V. Exa. Sr. Presidente, deputado Gil Diniz aqui presente, todos os funcionários da Casa.

Bem, quem observa a minha atuação - não como deputada, ao longo da vida -, vai perceber que eu tenho uma preocupação muito grande com a coerência nas minhas ações e decisões, e eu tenho uma preocupação muito grande, como profissional do direito, como professora de direito, com a preservação das instituições, da governabilidade, da paz social, e tenho como princípio de atuação a publicidade, o acesso à informação.

Quem for resgatar o meu trabalho durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma, a minha atuação diante da Lava-Jato... Não fui integrante da Lava-Jato, mas utilizei parte do material produzido da Lava-Jato. Li o trabalho da Lava-Jato praticamente inteiro, porque houve a preocupação dos integrantes da força-tarefa de dar publicidade à documentação.

Lembro bem, quando houve algumas delações premiadas, de ter solicitado, não só publicamente, em redes sociais, mas também por meio de petição, ao Supremo Tribunal Federal a divulgação da documentação, alguns documentos anexei ao processo de impeachment.

Então o que eu vou dizer aqui guarda coerência total com o que eu sempre defendi na minha vida como cidadã, como advogada, como professora de direito e agora como deputada estadual.

Eu estava ali presidindo a sessão, já iríamos até levantar a sessão, quando eu vi a seguinte informação... E eu quero deixar aqui muito claro que eu não estou fazendo nenhum juízo de valor com relação ao trabalho da Polícia Federal, nem do Ministério Público Federal e nem das autoridades judiciárias envolvidas.

Mas eu li a notícia de que o inquérito referente à apuração das supostas ações delituosas atribuídas ao ex-ministro da Educação, professor Milton Ribeiro, e os senhores que, de alguma maneira, também estão sofrendo acusações, os pastores que tinham algum grau de relacionamento com ele.

Esse inquérito acabou de ser remetido ao Supremo Tribunal Federal para apurar uma suposta atuação de uma autoridade com prerrogativa de foro, de uma autoridade com foro - como as pessoas costumam dizer - foro privilegiado. O correto é prerrogativa de foro.

As notícias não são - vamos dizer assim - a documentação, pelo que eu vi, eu estava presidindo a sessão e vendo as notícias, não são categóricas sobre qual seria a autoridade. Mas já vem sendo veiculado, em várias redes, que essa autoridade seria o presidente da República. As notícias dizem que, para preservar as identidades, o sigilo vai ser resguardado.

Por que essa notícia me preocupa? Por eu, eventualmente, não desejar que haja uma investigação, se há algo a ser investigado? Não. Mas por ser o meu preocupar com - vamos dizer assim - a serenidade, na nossa Nação, a serenidade institucional, num ano que é bastante delicado, por ser um ano eleitoral.

No Supremo Tribunal Federal, tramita o inquérito das fake news. É um inquérito que, até hoje, nós não sabemos exatamente quem são os investigados, quais são os fatos investigados. Tramita o inquérito dos assim chamados atos antidemocráticos. Nós não sabemos exatamente quem são as pessoas investigadas, quais são esses tais atos antidemocráticos investigados.

Essa situação, de um sigilo inexplicado, gera uma insegurança, em muitas pessoas na sociedade, sobre o que elas podem falar, o que elas não podem falar. Ontem, ou anteontem, agora estou um pouco em dúvida...

Anteontem veio à tona a notícia da prisão do ex-ministro, a notícia de um depósito na conta da esposa do ex-ministro, e a alegação de que seria a compra e venda de um veículo.

Eu coloquei nas minhas redes: precisamos saber se o veículo foi transferido. Nessa madrugada, eu li todas as notícias que saíram sobre esse caso. E houve, pelo menos, um veículo divulgado, que realmente essa compra e venda aconteceu, no mês de fevereiro deste ano.

O depósito do dinheiro aconteceu em fevereiro. E a transferência oficial do carro aconteceu em fevereiro. Então, a princípio, foi mesmo uma compra e venda de um carro. Por que estou frisando isso? Com isso, não estou dizendo que a apuração não tem que acontecer, que as pessoas não têm que ser ouvidas, e que a documentação fiscal e bancária - que eu vi que houve a quebra - não deva ser analisada detalhadamente.

Não é nada disso. Mas houve - vamos dizer assim - uma bomba. Dinheiro na conta do ex-ministro. E, a bem da verdade, foi uma operação normal, uma compra e venda de um veículo, que aconteceu no passado, e no passado o veículo foi transferido. Por que eu estou frisando a data? Para quem não é da área, talvez seja difícil entender. Mas, para quem é da área, entende bem.

Imagine que alguém tenha um depósito de 60 mil, uma autoridade tem um depósito de 60 mil. Ai alega que foi a venda de um veículo. Mas não teve transferência. Ou, senão, a transferência é feita às pressas, muito tempo depois, para justificar aquele depósito. Neste caso concreto, não foi o que aconteceu. A transferência do dinheiro e do veículo aconteceu no mesmo mês.

Então, o que a gente teve aqui? Um grande alarde, uma prisão de um ex-ministro, com outras pessoas, que não estou dizendo que não haja o que investigar. E se houver, quero que se puna severamente.

Então, não estou defendendo ninguém. Mas houve um grande alarde e depois a explicação. Agora novamente nós estamos tendo um grande alarde, porque não é qualquer coisa esse inquérito subir para apurar uma suposta interferência, um suposto crime por parte do presidente da República, num ano eleitoral. Num ano eleitoral, não é qualquer coisa.

Então, nós estamos tendo um grande alarde. E eu, como cidadã preocupada com a estabilidade, preocupada com a transparência, em todos os sentidos, venho aqui pedir que estas autoridades retirem o sigilo dessa tal documentação.

Porque nós temos direito de saber o que tem lá, seja para punir quem precisa ser punido, seja para que nós não permitamos criação de fantasmas onde não há. Porque agora as matérias começam: "porque o presidente, porque o inquérito subiu, porque o presidente está envolvido..."

Está envolvido em quê? Nós queremos saber. Qual foi a interferência, qual foi o tal telefonema que, segundo está escrito nas notícias, foi interceptado? Qual foi o diálogo? Nós queremos saber; nós, população. Da mesma maneira como eu quis saber o que estava nas colaborações premiadas da Lava Jato.

O que não dá é para a população, num ano eleitoral tenso como este, ficar refém de narrativas. Eu, como advogada, profissional do direito, professora de direito, deputada, quero ler os documentos.

Quero poder subir aqui e explicar: olha, tem isso, isso e isso. Ou: não tem nada disso. Obviamente, com a possibilidade de outros colegas divergirem; colegas advogados, professores e deputados.

O que não dá é para gerar narrativas e fatos graves sem mostrar provas. Não importa quem eventualmente se envolva em ações ilícitas. Não importa se é o presidente da República, se o presidente da República é de esquerda ou de direita - eu quero que seja punido.

Mas eu não posso admitir construção de narrativa - num ano difícil como este, para todos nós - para gerar suspeita, gerar insegurança, gerar matéria. E quiçá gerar uma impugnação não explicada para a população. Eventuais impugnações fundamentadas devem ser respeitadas, mas criar contexto para impugnar uma candidatura, não. E aparentemente é disso que se trata.

Então, eu venho aqui pedir, como cidadã, e exigir, como deputada: tira o sigilo desse inquérito, nós queremos ver tudo o que tem lá. Porque o suspense que estão fazendo há anos com esse inquérito das fake news, com esse inquérito dos atos antidemocráticos, nós não podemos permitir que seja feito agora.

Nós queremos saber a verdade, nós queremos lidar com os fatos, com as provas, com os documentos. Queremos ouvir os áudios, se é que há. Agora, factoides para impugnar uma candidatura, não.

Independente de ser candidato de esquerda ou de direita: num ano eleitoral, a transparência tem que ser de 100 por cento. Eu defendo sempre a transparência, mas, num ano determinante como este, nós queremos ver os documentos.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FREDERICO D'ÁVILA - PL - Obrigado, deputada Janaina Paschoal.

O SR. GIL DINIZ - PL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - FREDERICO D'ÁVILA - PL - Pela ordem, deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente, se não houver mais oradores e se houver acordo entre as lideranças, levantar a sessão.

O SR. PRESIDENTE - FREDERICO D'ÁVILA - PL - Pois não. Só comentar o que disse a deputada Janaina Paschoal. É impressionante como gostam dessa questão de narrativa, né? E hoje virou moda, ainda mais com a velocidade da informação que nós temos hoje em dia.

Vocês vejam o seguinte - o deputado Gil Diniz conhece tão bem quanto eu. O Supremo Tribunal Federal, àquela ocasião, confiscou as mensagens ou até o telefone do ajudante de ordens do presidente, o coronel Cid.

Ajudante de ordens, para quem não sabe, é o para-choque da autoridade maior. Então você vê que confiscaram o telefone ou as mensagens há quase um ano atrás, e até agora não acharam nada. Aquele esroque daquele deputado de Brasília, do Distrito Federal, denunciou aquela questão da Covaxin e até agora nada, né? Absolutamente nada.

Então eu não estou dizendo aqui que sim nem que não nesse caso específico, mas, como bem disse a deputada Janaina, às vezes fazem um carnaval gigantesco em cima de uma situação e, na verdade, quando você vai ver, não tem nada daquilo. E é muito importante a gente saber o que está acontecendo, porque o que nós já vimos...

Como esse Sr. Deputado, na ocasião, usar o nome do presidente da República para tentar responsabilizá-lo por conta de interesses próprios que ele próprio tinha feito junto ao Ministério da Saúde.

A gente vê que o presidente da República todo dia é incluído em alguma situação que ele tem que se explicar não por ele, mas por outras pessoas que se utilizam do nome dele.

Então, mais de um ano do confisco do telefone do ajudante de ordens, do coronel Cid, pelo Supremo Tribunal Federal. Deputado Gil Diniz, eu acho que ele recebe mais mensagem do que um centro de telemarketing, e não acharam absolutamente nada, nada.

O SR. GIL DINIZ - PL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - FREDERICO D'ÁVILA - PL - Pela ordem.

O SR. GIL DINIZ - PL - Antes de levantar os trabalhos, uma breve comunicação?

O SR. PRESIDENTE - FREDERICO D'ÁVILA - PL - Pois não. Comunicação concedida para o Sr. Deputado.

O SR. GIL DINIZ - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Só para dar parabéns ao discurso da deputada Janaina Paschoal e assinar embaixo aqui também. A gente quer transparência, deputada Janaina, seja lá de quem for.

No caso, é o presidente, e eu tenho certeza de que ele quer também ainda mais transparência, até para a gente entender o que está acontecendo - na minha opinião, perseguição política desses agentes políticos que nós já conhecemos e que praticamente todos os dias os denuncio aqui desta tribuna.

Só para dar um exemplo que aconteceu comigo mesmo, a deputada Janaina falou do inquérito das fake news, atos antidemocráticos. Eu fui citado em um desses inquéritos e até hoje eu não sei sobre o que estão me investigando.

Vossa Excelência imagine, deputado Frederico, na porta do meu prédio, uma viatura de Polícia Federal me procurando para entregar uma intimação. Imagine meus vizinhos me olhando, olhando para minha esposa, olhando para os meus filhos.

Uma viatura, deputada Janaina, da Polícia Federal, e você não saber sequer do que que se trata. Fizeram uma busca e apreensão, a Polícia Federal veio aqui na Assembleia, não tinha nada a ver comigo. Saíram várias matérias.

Aquele palhaço do ex-deputado Arthur do Val fez um vídeo para milhões de seguidores, de inscritos nos seus canais, um vídeo com milhares de visualizações, 200, 300 mil visualizações, ele dizendo que a Polícia Federal veio no meu gabinete levar os meus computadores.

Como que eu consigo desfazer essa narrativa que foi jogada para milhões de pessoas, sendo que eu não tenho acesso a essas milhões de pessoas e eu não sei por que eu sou investigado? É uma situação que é justamente uma guerra política, obviamente uma guerra de narrativa também. Querem nos constrear, querem acabar conosco.

Só que eu peço inclusive ao ministro Alexandre de Moraes, ou quem quer que seja: no que se tratar de mim, não precisa esconder nada não. Ministério Público aqui em São Paulo também, coloca, joga para a imprensa, divulga aí no que o deputado Gil Diniz é investigado, se é que eu sou investigado, porque está chegando a eleição, deputada Janaina.

Eles plantam uma notícia na "Folha", no "Estadão", em qualquer blog cujo aí bancado a soldo de partido político, e a nossa reputação é destruída. Então, no que cabe a mim aqui, é pedir transparência. Se eu sou investigado em algum desses inquéritos, fiquem à vontade para divulgar a todos isso aí.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. GIL DINIZ - PL - Se houver acordo, levantar a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FREDERICO D'ÁVILA - PL - Pois não, deputado Gil Diniz. Concordo com o senhor e com a deputada Janaina que a transparência é o melhor remédio para todas essas situações.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 29 minutos.

* * *

27 DE JUNHO DE 2022

64ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: EDNA MACEDO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - EDNA MACEDO

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca reuniões conjuntas das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Atividades Econômicas e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às 11 horas, em ambiente virtual; Defesa dos Direitos do Consumidor e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às 11 horas, em ambiente virtual; Constituição, Justiça e Redação; Assuntos Metropolitanos e Municipais e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às 11 horas, em ambiente virtual. Convoca reuniões extraordinárias das comissões de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às 11 horas, em ambiente virtual; e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às 15 horas, em ambiente virtual.

2 - CORONEL TELHADADA

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças. 6 - PRESIDENTE EDNA MACEDO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 28/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Edna Macedo.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior, e recebe o expediente.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, Inciso III, Alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Atividades Econômicas; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às onze horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 277, de 2022, de autoria dos deputados Vinícius Camarinha, Mauro Bragaoto, Itamar Borges, Sebastião Santos e da deputada Carla Morando.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, Inciso III, Alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Defesa dos Direitos do Consumidor; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às onze horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 197, de 2021, de autoria do deputado Rodrigo Moraes.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, Inciso III, Alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Assuntos Metropolitanos e Municipais; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às onze horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 658, de 2021, de autoria do deputado Wellington Moura.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, Inciso III, Alínea "d", combinado com o Art. 45, § 5º, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se amanhã, às onze horas, em ambiente virtual, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 247, de 2022, de autoria do Sr. Governador, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023.

Passamos ao Pequeno Expediente. Oradores inscritos, nobre deputado Castello Branco. (Pausa.) Deputado Jorge Lula do Carmo. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. Tem V. Exa. o tempo regimental. O SR. CORONEL TELHADADA - PP - Sra. Presidente, deputada Edna Macedo, Srs. Deputados aqui presentes, assessores e funcionários, policiais militares, policial civil aqui presente, a todos que nos assistem pela Rede AleSp agora neste momento, segunda-feira, hoje é dia... nem lembro que dia é hoje. Que dia é hoje? Vinte e sete. A cabeça está virada, trabalhando o final de semana direto, obrigado, presidente. Hoje é dia 27 de junho de 2022, uma segunda-feira.

Pois bem, vou comentar algumas das nossas ações aí. Na última sexta-feira, eu não estive presente aqui na sessão ordinária pois estávamos em um evento lá no auditório do Copom, onde foi comemorado o aniversário de 30 anos da Associação PMs de Cristo. Essa associação há 30 anos vem trabalhando forte com a evangelização dos policiais militares e também os capelães militares, que têm apoiado espiritualmente a tropa da Polícia Militar.

Um abraço a todos os capelães policiais militares, quero mandar um abraço especial ao meu amigo coronel Terra, o coronel Terra é o presidente atual do PMs de Cristo e um dos fundadores. Parabéns a todos esses homens e mulheres que, diariamente, trabalham em prol do bem-estar dos policiais militares.

Lembrando aqui que a lei estadual do policial militar evangélico é de nossa autoria, a Lei nº 16.272. Próxima foto, por favor, Machado. A Lei 16.272, de 06 de julho de 2016, é uma lei de nossa autoria criando o dia estadual do policial militar evangélico, que é justamente dia 25 de junho o dia da criação da Associação PMs de Cristo. Um abraço a todos os amigos e amigas.

No sábado, estive na cidade de Jarinu, entre Jarinu e Atibaia, bem ali na divisa. Nós participamos da solenidade de abertura da 38ª Festa do Morango Atibaia/Jarinu. Estávamos ali com várias autoridades presentes, estávamos ali também com o Sr. Prefeito de Atibaia e com a Sra. Prefeita de Jarinu.

Estive lá com meu filho, capitão Telhada, também. A deputada Janaina Paschoal esteve lá, o Edmir Chedid. Pudemos lá participar desse evento e estar com essas pessoas que há anos fazem esse evento, um evento muito importante, a Festa do Morango Atibaia/Jarinu.

Ontem, no domingo, nós estivemos em Guarulhos, onde participamos do 17º Encontro de Carros Antigos e Especiais de Guarulhos, em comemoração ao Dia do Antigomobilista.

Quero mandar um abraço ao meu amigo, que inclusive aparece na foto aí, o Marcos Vinícius, conhecido como Marcão Amaral, que todo ano trabalha forte para que aconteça esse evento. Também a Kássia Franco, nossa querida amiga lá de Guarulhos.

Abraço, Marcão, e parabéns pelo trabalho que o senhor tem executado. Continue firme na missão e obrigado a todos. Milhares de pessoas compareceram ao evento, foi um evento muito prestigiado. Eu, na foto, estou novamente com meu filho, o capitão Telhada, que está me acompanhando nos eventos. Parabéns à cidade de Guarulhos.

Vou falar um pouquinho de segurança, Sra. Presidente. Nós tivemos uma ocorrência muito grave no final de semana passado, domingo. Tivemos um roubo em um shopping de luxo do Rio de Janeiro e um vigilante, um segurança do local foi morto.

Temos as fotos do roubo apropriadamente dito no momento da ação dos criminosos. As pessoas são tomadas de refém, tiros são disparados para o alto, ou seja, uma total cena de terror dentro daquele shopping center.

E, no shopping, foi morto um cidadão, um segurança, o Jorge Luiz Antunes, de 49 anos. Tem a foto dele aí; por favor, coloca a foto dele. O Jorge Luiz Antunes, de 49 anos, foi morto.

Era pai de quatro filhos, um homem trabalhador que tinha muita necessidade do trabalho.

Infelizmente foi morto e nós não vemos nenhuma associação ou categoria de Direitos Humanos chorar a morte do Jorge Luiz Antunes. Gozado, né? Preto, pobre, da periferia, mas, nesse caso, eles não querem saber.

Se tivesse sido um bandido morto pela PM, com certeza estariam fazendo o maior escarcéu, estariam queimando ônibus, tacando fogo em pneu, mas como é um trabalhador preto e pobre da periferia, os Direitos Humanos não se preocupam.

Aí, quando eu digo que os Direitos Humanos no Brasil, infelizmente, são feitos para proteger bandido, o pessoal fica bravo comigo. Está aí a prova: trabalhador, negro, pobre, quatro filhos.

O corpo dele nem havia sido retirado do IML porque a família não tinha dinheiro para fazer o sepultamento. Ninguém se preocupa com isso, mas, infelizmente, houve a morte do Sr. Jorge Luiz Antunes, 49 anos, que foi baleado nessa ocorrência no domingo, dia vinte e seis.

Só mais um minutinho, Sra. Presidente: nós somos obrigados a comentar outra ocorrência que meu assessor de imprensa me trouxe, dizendo que a família desse cidadão que foi morto, desse trabalhador que foi morto no domingo, que ele não tinha formação como vigilante. O Sr. Jorge Luiz Antunes, de 49 anos, não tinha formação como vigilante.

Inclusive, eles falam aqui, olha: "Tinha uns cinco anos que estava desempregado e apareceu esse freelance para ele. Ele, como pai de família, tinha que trabalhar para trazer o sustento da família". Enfim, ele abraçou esse serviço, mas não era vigilante formado. A notícia fala: "A família conta que o homem morto em shopping não tinha formação de segurança e sentia medo. Tinha que trabalhar pelo sustento da família".

Isso é uma realidade, infelizmente, em muitos lugares. Isso me traz à lembrança um projeto de lei que tenho tramitando na Casa, de uma importância, que é o Projeto de lei nº 229, de 2022, que dispõe para o reconhecimento do risco da atividade profissional exercida por vigilantes, empresas de segurança privada ou possuidores de serviços orgânicos.

Ou seja, o serviço de vigia, vigilante ou segurança particular tem que ser reconhecido como uma atividade de risco e cabe a esta Casa o reconhecimento. Então, peço apoio dos pares ao Projeto de lei nº 229, de 2022.

Há também outra lei de nossa autoria, a Lei nº 16.110, de 2016. O Giannazi inclusive estava aqui conosco nessa votação, quando foi aprovado um projeto de lei meu que determina que - olha só que interessante! - todas as empresas de segurança que prestem serviços em eventos ou locais públicos devem colocar na internet todos os seus dados para mostrar que aquela empresa é real, que aquela empresa está em condições de prestar esse serviço.

Essa lei foi aprovada pelo nosso então governador Geraldo Alckmin, que infelizmente mudou de lado agora. O Geraldo Alckmin aprovou essa lei, mas vetou todas as punibilidades, ou seja, é uma lei sem qualquer função, porque não tem punibilidade.

Estou pedindo a esta Casa, estou entrando com documentação para nós derrubarmos o veto da Lei nº 16.110, para não acontecer o que aconteceu aqui, infelizmente, com esse cidadão que foi morto, o Sr. Jorge Luiz Antunes, de 49 anos, porque não tinha formação de vigilante, nenhum preparo, mas estava trabalhando.

Para fechar, Sra. Presidente, hoje, 27 de junho, é aniversário de Lavrinhas. Um abraço a todos os amigos e amigas da querida cidade de Lavrinhas. Contem com o nosso trabalho aqui.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Desculpe o tempo excedido.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Está desculpado. O senhor tem todo o nosso apoio aqui aos seus projetos, viu, deputado?

Com a palavra, o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Nobre deputado Tenente Nascimento. (Pausa.) Deputado Frederico d'Ávila. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Gil Diniz. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.)

Vamos passar à lista suplementar. Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Nobre deputado Carlos Giannazi. Tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, deputada Edna Macedo, Srs. Deputados, deputado Telhada, deputado Gil Diniz, quero saudar o telespectador da TV AleSp.

Deputada Edna Macedo, quero manifestar mais um apoio ao seu projeto de lei que está tramitando aqui na Assembleia Legislativa, um projeto importante que tem todo o nosso apoio, que traz de volta a isenção para as pessoas idosas no transporte público do estado de São Paulo. Essa isenção foi perversamente retirada pelo ex-governador Dória. Um absurdo total e o projeto de V. Exa. tem que ter o apoio dos 94 deputados e deputadas.

Então fica aqui o nosso apoio ao projeto de V. Exa. e também ao empenho que V. Exa. tem dado para a aprovação do nosso PDL 22, que acaba com o confisco das aposentadorias e pensões. E gostaria, Sra. Presidente, de manifestar aqui o nosso total repúdio, a nossa indignação...

Uma indignação que não é só minha. É de todo o Magistério estadual, porque foi aprovada aqui a lei da farsa da reforma da carreira do Magistério, a famigerada PEC 3, que sancionada virou a Lei nº 1.374, que destrói, que arrebenta, que quebra a carreira do Magistério estadual.

Essa lei, Sra. Presidente Edna Macedo, entre tantas outras maldades que impõem à rede estadual, às professoras, aos professores, aos servidores do QAE e do QSE - eu tenho anunciado aqui várias delas -, mas agora tem uma que é uma bomba atômica no Magistério e na rede estadual, que é algo inadmissível.

Esse projeto de lei, para quem votou nesse projeto de lei aqui na Assembleia Legislativa - e nós votamos contra e todos nós que estamos aqui votamos contra - provoca, deputado Gil Diniz, a redução salarial dos professores e professoras que trabalham no PEI, no Programa de Ensino Integral, que é a grande vitrine do governo estadual sobretudo para a reeleição do Rodrigo/Dória, do ex-secretário da Educação Rossieli Soares, que é pré-candidato a deputado federal, que está usando agora que São Paulo vai ter três mil escolas tempo integral do PEI.

E a lei agora vai reduzir aquela gratificação que era de R\$ 3.000,00 - que era de 75%, na verdade - no valor do salário dos professores para R\$ 2.000,00, um valor fixo. E já anunciando - nós recebemos aqui um comunicado que foi repassado para a rede estadual, para as gestões, mas foi me repassado aqui